



# Boletim de Legislação



EJEF - escola que forma e informa

**Nº 711 – 11 de janeiro de 2023**

**Abrangência: 10/12/2022 a 06/01/2023**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 11.299	DOU; 22/12/2022	Altera o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as políticas públicas de telecomunicações.	<a href="#">Dec. 11.299</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.301	DOU; 22/12/2022	Estabelece as características dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal.	<a href="#">Dec. 11.301</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.302	DOU; 23/12/2022	Concede indulto natalino e dá outras providências.	<a href="#">Dec. 11.302</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.303	DOU; 23/12/2022	Altera o Decreto nº 9.296, de 1.3.2018, que regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6.7.2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.	<a href="#">Dec. 11.303</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.307	DOU; 26/12/2022	Altera o Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018, para dispor sobre a outorga de contrato de concessão no setor elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica mediante oferta pública de ações.	<a href="#">Dec. 11.307</a> (Site da Imprensa Nacional)
DECRETO Nº 11.310	DOU; 27/12/2022	Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para dispor sobre as atividades de fiscalização e a governança federal da Política Nacional de Segurança de Barragens, institui o Comitê Interministerial de Segurança de Barragens e altera o Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019.	<a href="#">Dec. 11.310</a> (Site da Imprensa Nacional)

<b>DECRETO Nº 11.313</b>	DOU; 29/12/2022	Regulamenta a Lei nº 14.206, de 27 de setembro de 2021, que institui o Documento Eletrônico de Transporte - DT-e, e estabelece a respectiva política nacional no âmbito da administração pública federal.	<a href="#">Dec. 11.313</a> (Site da Imprensa Nacional)
<b>DECRETO Nº 11.317</b>	DOU; 30/12/2022	Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).	<a href="#">Dec. 11.317</a> (Site da Presidência da República)
<b>DECRETO Nº 11.366</b>	DOU; 02/01/2023	Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.	<a href="#">Dec. 11.366</a> (Site da Presidência da República)
<b>DECRETO Nº 11.367</b>	DOU; 02/01/2023	Institui a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento, restabelece o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm e dispõe sobre os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado, na Mata Atlântica, na Caatinga, no Pampa e no Pantanal.	<a href="#">Dec. 11.367</a> (Site da Presidência da República)
<b>DECRETO Nº 11.368</b>	DOU; 02/01/2023	Altera o Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, para dispor sobre a governança do Fundo Amazônia.	<a href="#">Dec. 11.368</a> (Site da Presidência da República)
<b>DECRETO Nº 11.374</b>	DOU; 02/01/2023	Revoga decretos, revigora dispositivos e repristina redações.	<a href="#">Dec. 11.374</a> (Site da Presidência da República)
<b>DECRETO LEGISLATIVO Nº 172</b>	DOU; 26/12/2022	Fixa os subsídios dos membros do Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado; revoga os Decretos Legislativos nºs 276, de 18 de dezembro de 2014, e 277, de 18 de dezembro de 2014; e dá outras providências.	<a href="#">Dec. Leg. 172</a> (Site da Imprensa Nacional)
<b>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 126</b>	DOU; 22/12/2022	Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.	<a href="#">Em. Const. 126</a> (Site da Presidência da República)

<p><b>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 127</b></p>	<p>DOU; 23/12/2022</p>	<p>Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer que compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; altera a Emenda Constitucional nº 109, de 15.3.2021, para estabelecer o superávit financeiro dos fundos públicos do Poder Executivo como fonte de recursos para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; e dá outras providências.</p>	<p><a href="#">Em. Const. 127</a> (Site da Imprensa Nacional)</p>
<p><b>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 128</b></p>	<p>DOU; 23/12/2022</p>	<p>Acrescenta § 7º ao art. 167 da Constituição Federal, para proibir a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.</p>	<p><a href="#">Em. Const. 128</a> (Site da Imprensa Nacional)</p>
<p><b>LEI Nº 14.382</b></p>	<p>DOU; 22/12/2022</p>	<p>Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.</p>	<p><a href="#">Lei 14.382</a> (Site da Imprensa Nacional)</p>
<p><b>LEI Nº 14.421</b></p>	<p>DOU; 22/12/2022</p>	<p>Promulga partes vetadas da Lei n. 14.421 de 20.7.2022, que "Altera as Leis nºs 492, de 30.8.1937, 6.015, de 31.12.1973 (Lei de Registros Públicos), 8.668, de 25.6.1993, 8.929, de 22.8.1994, 10.925, de 23.7.2004, 11.076, de 30.12.2004, e 13.986, de 7.4.2020, e os Decretos-Lei nºs 3.365, de 21.6.1941, e 167, de 14.2.1967".</p>	<p><a href="#">Lei 14.421</a> (Site da Imprensa Nacional)</p>
<p><b>LEI Nº 14.430</b></p>	<p>DOU; 22/12/2022</p>	<p>Promulga partes vetadas da Lei n. 14.430 de 3.8.2022, que "Dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS) por Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE), sobre as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis e sobre a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários; altera as Leis nºs 6.404, de 15.12.1976, 6.385, de 7.12.1976, 9.718, de 27.11.1998, 4.594, de 29.12.1964, e o Decreto-Lei nº 73, de 21.11.1966; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.514, de 20.11.1997, 10.931, de 2.8.2004, 11.076, de 30.12.2004, 12.810, de 15.5.2013, 13.331, de 1.9.2016, e 13.986, de 7.4.2020".</p>	<p><a href="#">Lei 14.430</a> (Site da Imprensa Nacional)</p>

LEI Nº 14.436	DOU; 22/12/2022 e 05/01/2023 ( <i>Republicação</i> )	Promulga partes vetadas da Lei n. 14.436 de 9.8.2022, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências".	<a href="#">Lei 14.436</a> (Site da Imprensa Nacional)
LEI Nº 14.440	DOU; 22/12/2022	Promulga partes vetadas da Lei n. 14.440 de 2.9.2022, que "Institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País (Renovar); e altera as Leis nºs 9.478, de 6.8.1997, 9.503, de 23.9.1997 (Código de Trânsito Brasileiro), 10.336, de 19.12.2001, 10.833, de 29.12.2003, 10.865, de 30.4.2004, 11.080, de 30.12.2004, 11.442, de 5.1.2007, 11.945, de 4.6.2009, e 13.483, de 21.9.2017".	<a href="#">Lei 14.440</a> (Site da Imprensa Nacional)
LEI Nº 14.457	DOU; 22/12/2022	Promulga parte vetada da Lei n. 14.457 de 21.9.2022, que "Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1.5.1943, e as Leis nºs 11.770, de 9.9.2008, 13.999, de 18.5.2020, e 12.513, de 26.10.2011".	<a href="#">Lei 14.457</a> (Site da Imprensa Nacional)
LEI Nº 14.478	DOU; 22/12/2022	Dispõe sobre diretrizes a serem observadas na prestação de serviços de ativos virtuais e na regulamentação das prestadoras de serviços de ativos virtuais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7.12.1940 (Código Penal), para prever o crime de fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros; e altera a Lei nº 7.492, de 16.6.1986, que define crimes contra o sistema financeiro nacional, e a Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que dispõe sobre lavagem de dinheiro, para incluir as prestadoras de serviços de ativos virtuais no rol de suas disposições.	<a href="#">Lei 14.478u7</a> (Site da Imprensa Nacional)
LEI Nº 14.479	DOU; 22/12/2022	Institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão.	<a href="#">Lei 14.479</a> (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.489	DOU; 22/12/2022	Altera a Lei nº 10.257, de 10.7.2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público - Lei Padre Júlio Lancelotti.	<a href="#">Lei 14.489</a> (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.508	DOU; 28/12/2022	Altera o art. 6º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para estabelecer normas sobre a posição topográfica dos advogados durante audiências de instrução e julgamento.	<a href="#">Lei 14.508</a> (Site da Imprensa Nacional)
LEI Nº 14.509	DOU; 28/12/2022	Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências.	<a href="#">Lei 14.509</a> (Site da Imprensa Nacional)

LEI Nº 14.510	DOU; 28/12/2022	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da tele-saúde em todo o território nacional, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; e revoga a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020.	<a href="#">Lei 14.510</a> (Site da Imprensa Nacional)
LEI Nº 14.513	DOU; 28/12/2022 e 29/12/2022 (Republicação)	Altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022.	<a href="#">Lei 14.513</a> (Site da Imprensa Nacional)
LEI COMPLEMENTAR Nº 194	DOU; 22/12/2022	Promulga partes vetadas da Lei Complementar n. 194, de 23.6.2022, que "Altera a Lei nº 5.172, de 25.10.1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13.9.1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11.3.2022, e 159, de 19.5.2017".	<a href="#">Lei Compl. 194</a> (Site da Imprensa Nacional)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.143	DOU; 12/12/2022	Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023.	<a href="#">Med. Prov. 1.143</a> (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.150	DOU; 26/12/2022	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.	<a href="#">Med. Prov. 1.150</a> (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.151	DOU; 27/12/2022	Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências.	<a href="#">Med. Prov. 1.151</a> (Site da Imprensa Nacional)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.152	DOU; 29/12/2022	Altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoa Jurídicas - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para dispor sobre as regras de preços de transferência.	<a href="#">Med. Prov. 1.152</a> (Site da Imprensa Nacional)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.153	DOU; 27/12/2022	Altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoa Jurídicas - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para dispor sobre as regras de preços de transferência.	<a href="#">Med. Prov. 1.153</a> (Site da Imprensa Nacional)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.154	DOU; 02/01/2023	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.	<a href="#">Med. Prov. 1.154</a> (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.155	DOU; 02/01/2023	Institui o Adicional Complementar do Programa Auxílio Brasil e do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.	<a href="#">Med. Prov. 1.155</a> (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.157	DOU; 02/01/2023	Reduz as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina.	<a href="#">Med. Prov. 1.157</a> (Site da Presidência da República)

## ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 11.090	DOU; 29/12/2023	Divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2023, para cumprimento pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	<a href="#">Port. 11.090</a> (Site da Imprensa Nacional)

## ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 837	DOU; 12/12/2022	Institui o Sistema Integrado de Prestação de Contas - SIPC.	<a href="#">Port. 837</a> (Site da Imprensa Nacional)

## ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA/DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL/CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 28	DOU; 20/12/2022	Estabelece diretrizes para a realização de revista pessoal em estabelecimentos prisionais e veda a utilização de práticas vexatórias para o controle de ingresso nos locais de privação de liberdade; revoga a Resolução nº 5, de 28 de agosto de 2014; e dá outras providências.	<a href="#">Res. 28</a> (Site da Imprensa Nacional)
RESOLUÇÃO Nº 31	DOU; 13/12/2022	Regulamenta a implementação, acompanhamento, fiscalização e encerramento das medidas de monitoração eletrônica, decorrentes de ordens judiciais; estabelece providências em caso de descumprimento das condições impostas; e revoga a Resolução nº 5, de 10 de novembro de 2017.	<a href="#">Res. 31</a> (Site da Imprensa Nacional)

## ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS DIREITOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 161	DOU; 26/12/2022	Aprova o Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental - Pnapa 2023.	<a href="#">Port. 161</a> (Site da Imprensa Nacional)

## ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 413	DJE/CNJ; 13/12/2022	Dispõe sobre o recesso forense e os prazos processuais, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, no período de 20 de dezembro de 2022 a 31 de janeiro de 2023.	<a href="#">Port. 413</a> (Site do CNJ)
RECOMENDAÇÃO Nº 139	DJE/CNJ; 13/12/2022	Recomenda aos magistrados e às magistradas que observem as regras e práticas destinadas ao combate ao trabalho infantil, nos procedimentos pertinentes à expedição de alvarás para participação de crianças e adolescentes em ensaios, espetáculos públicos, certames e atividades afins.	<a href="#">Recom. 139</a> (Site do CNJ)

## LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 24.263	Minas Gerais; 30/12/2022	Fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado relativo ao ano de 2022, dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 23.173, de 20 de dezembro de 2018, e dá outras providências.	<a href="#">Lei 24.263</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 24.266	Minas Gerais; 30/12/2022	Dispõe sobre o subsídio do Deputado Estadual, nos termos do inciso XX do art. 61 da Constituição do Estado.	<a href="#">Lei 24.266</a> (Site da ALMG)

## LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 11.440	DOM; 27/12/2022	Altera a Lei nº 9.934/10, que "Dispõe sobre a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial, cria o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências".	<a href="#">Lei 11.440</a> (Site da PBH)
LEI Nº 11.441	DOM; 27/12/2022	Proíbe as técnicas de adestramento de animal doméstico com a utilização de violência física ou psicológica no Município.	<a href="#">Lei 11.441</a> (Site da PBH)
LEI Nº 11.444	DOM; 31/12/2022	Dispõe sobre a utilização do cordão de girassol como símbolo para a identificação da pessoa com deficiência oculta no Município e dá outras providências.	<a href="#">Lei 11.444</a> (Site da PBH)
LEI Nº 11.446	DOM; 03/01/2023	Obriga maternidade, casa de parto e estabelecimento hospitalar das redes pública e privada a permitir a presença de tradutor e intérprete de Libras.	<a href="#">Lei 11.446</a> (Site da PBH)

## ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 99	DJE; 12/12/2022 ( <i>Republicação</i> )	Avisa sobre a abertura de inscrições para a recomposição de Turma Recursal de Grupo Jurisdicional do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Aviso 99</a> (Site do TJMG)
AVISO Nº 101	DJE; 12/12/2022 e 13/12/2022 ( <i>Republicação</i> )	Avisa sobre a abertura de inscrições para a recomposição de Turma Recursal de Grupo Jurisdicional do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Aviso 101</a> (Site do TJMG)
AVISO Nº 103	DJE; 12/12/2022; 13/12/2022; 14/12/2022 e 15/12/2022 ( <i>Republicação</i> )	Avisa sobre a abertura de inscrições para a recomposição de Turmas Recursais de Grupos Jurisdicionais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Aviso 103</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.921	DJE; 12/12/2022	Designa integrantes das Comissões que especifica, altera a Portaria da Presidência nº 5.669, de 13 de julho de 2022, que "Designa integrantes das comissões que especifica", e dá outras providências.	<a href="#">Port. 5.921</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.922	DJE; 12/12/2022	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Abaeté	<a href="#">Port. 5.922</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.923	DJE; 12/12/2022	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Açucena.	<a href="#">Port. 5.923</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.924	DJE; 12/12/2022	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Águas Formosas.	<a href="#">Port. 5.924</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.925	DJE; 12/12/2022	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Canápolis	<a href="#">Port. 5.925</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.926	DJE; 12/12/2022	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Capinópolis.	<a href="#">Port. 5.926</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.927	DJE; 12/12/2022	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Carmo do Rio Claro.	<a href="#">Port. 5.927</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.928	DJE; 12/12/2022	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Francisco Sá.	<a href="#">Port. 5.928</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.929	DJE; 12/12/2022	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Santa Bárbara.	<a href="#">Port. 5.929</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.930	DJE; 12/12/2022	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Vazante.	<a href="#">Port. 5.930</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.931	DJE; 12/12/2022	Designa Juiz Coordenador e Juíza-Adjunta do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Campos Gerais.	<a href="#">Port. 5.931</a> (Site do TJMG)



PORTARIA Nº 5.932	DJE; 12/12/2022	Designa integrantes do Grupo Operacional de Monitoramento e Suporte à Prestação Jurisdicional do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.932</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.933	DJE; 13/12/2022	Designa data para a instalação do 3º cargo de Juiz de Direito na Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Poços de Caldas.	<a href="#">Port. 5.933</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.934 (EXTRATO)	DJE; 13/12/2022	Resolve baixar portaria instaurando processo administrativo disciplinar para apurar eventual responsabilidade pela prática de faltas funcionais.	<a href="#">Port. 5.934</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.935	DJE; 13/12/2022	Altera a Portaria da Presidência nº 5.916, de 5 de dezembro de 2022, que "Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos de viabilidade da contratação de solução informatizada de Gerenciamento Administrativo Integrado para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG".	<a href="#">Port. 5.935</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.936	DJE; 14/12/2022	Torna sem efeito o ato de designação de candidata para o exercício da função de Juíza Leiga em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.936</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.937	DJE; 14/12/2022	Designa desembargador como gestor do projeto-piloto "Saúde em Consenso" e dá outras providências.	<a href="#">Port. 5.937</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.938	DJE; 14/12/2022	Designa servidores para exercerem a função de pregoeiro e para integrarem as equipes de apoio no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.938</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.939	DJE; 14/12/2022	Designa servidores para integrarem a Comissão Permanente e a Comissão Especial de Licitação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.939</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.940	DJE; 14/12/2022	Dispensa juíza leiga de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.940</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.941	DJE; 14/12/2022	Designa servidores para integrarem a Comissão de Recebimento de Material da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.941</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.942	DJE; 14/12/2022	Designa servidores para integrarem a Comissão de Levantamento dos Bens Permanentes em Desuso e/ou Material de Consumo Inservível, passíveis de alienação.	<a href="#">Port. 5.942</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.943	DJE; 14/12/2022	Designa juiz leigo para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	<a href="#">Port. 5.943</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.944	DJE; 15/12/2022	Altera a Portaria da Presidência nº 5.700, de 25 de julho de 2022, que "Designa magistrados para comporem a Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes".	<a href="#">Port. 5.944</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 5.945	DJE; 15/12/2022	Convoca juíza de direito para auxiliar os trabalhos da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.945</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.946	DJE; 15/12/2022	Altera a Portaria da Presidência nº 5.663, de 6 julho de 2022, que "delega competência aos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais"	<a href="#">Port. 5.946</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.947	DJE; 19/12/2022	Altera os Anexos I, II e III da Portaria da Presidência nº 5.211, de 27 de maio de 2021, que fixa a lotação de referência dos setores das unidades do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.947</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.948	DJE; 16/12/2022	Altera a Portaria da Presidência nº 4.697, de 27 de janeiro de 2020, que "Constitui a Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Minas Gerais".	<a href="#">Port. 5.948</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.949	DJE; 16/12/2022	Designa integrante da Comissão que especifica e altera a Portaria da Presidência nº 5.669, de 13 de julho de 2022, que "Designa integrantes das comissões que especifica".	<a href="#">Port. 5.949</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.950	DJE; 16/12/2022	Dispõe sobre a composição do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para demandas de Direito Empresarial da Justiça de Primeiro e Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.950</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.951	DJE; 16/12/2022	Altera a Portaria da Presidência nº 5.665, de 11 de julho de 2022, que "designa integrantes do Grupo Operacional de Inteligência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais"	<a href="#">Port. 5.951</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.952	DJE; 16/12/2022	Dispõe sobre recomposição de Turmas Recursais dos Grupos Jurisdicionais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.952</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.953	DJE; 16/12/2022	Altera a Portaria da Presidência nº 5.688, de 20 de julho de 2022, que "Designa os integrantes do Núcleo de Voluntariado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais".	<a href="#">Port. 5.953</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.954	DJE; 18/12/2022	Declara luto oficial no Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais	<a href="#">Port. 5.954</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.955	DJE; 19/12/2022	Convoca Juiz de Direito para exercer substituição no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.955</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.956	DJE; 19/12/2022	Convoca Juiz de Direito para exercer substituição no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.956</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.957	DJE; 20/12/2022	Altera as Portarias da Presidência nº 5.705, de 27 de julho de 2022, e nº 5.799, de 23 de setembro de 2022, que "Designa os integrantes das Comissões Temáticas do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais".	<a href="#">Port. 5.957</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 5.958	DJE; 26/12/2022	Altera a Portaria da Presidência nº 3.857, de 27 de setembro de 2017, que "Dispõe sobre o procedimento para o credenciamento de entidades consignatárias de créditos para consignações em folha de pagamento de magistrados e servidores, ativos e inativos, e de pensionistas, da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância".	<a href="#">Port. 5.958</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.959	DJE; 03/01/2023	Prorroga o prazo previsto na Portaria da Presidência nº 5.852, de 4 de novembro de 2022, que "Constitui Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar estudos e apresentar proposta de adequação às exigências da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, que 'dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública".	<a href="#">Port. 5.959</a> (Site do TJMG)
PORTARIA COJUNTA Nº 1.421	DJE; 15/12/2022	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.390, de 15 de setembro de 2022, que "Constitui Comissão Especial de Trabalho com vistas a promover estudos e apresentar proposta de uniformização das diretrizes institucionais para parametrização de informações estatísticas a serem fornecidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e para monitorar e acompanhar os indicadores do Prêmio CNJ de Qualidade".	<a href="#">Port. Conj. 1.421</a> (Site do TJMG)
PORTARIA COJUNTA Nº 1.422	DJE; 16/12/2022	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.400, de 6 de outubro de 2022, que "Disciplina o Painel Estratégico e o Quadro de Iniciativas do ano de 2022, que compõem o Planejamento e a Gestão Estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ciclo 2021 a 2026".	<a href="#">Port. Conj. 1.422</a> (Site do TJMG)
PORTARIA COJUNTA Nº 1.423	DJE; 15/12/2022	Implanta o projeto-piloto "Saúde em Consenso" no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. Conj. 1.423</a> (Site do TJMG)
PORTARIA COJUNTA Nº 1.424	DJE; 16/12/2022	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.103, de 16 de dezembro de 2020, que "Institui o Código de Normas do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais".	<a href="#">Port. Conj. 1.424</a> (Site do TJMG)
PORTARIA COJUNTA Nº 1.425	DJE; 14/12/2022	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.420, de 6 de dezembro de 2022, que "Dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais no período que especifica".	<a href="#">Port. Conj. 1.425</a> (Site do TJMG)
PORTARIA COJUNTA Nº 1.426	DJE; 16/12/2022	Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos relativos à cobrança de custas judiciais, taxa judiciária e despesas processuais arrecadadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no âmbito da Segunda Instância.	<a href="#">Port. Conj. 1.426</a> (Site do TJMG)

PORTARIA COJUNTA Nº 1.427	DJE; 15/12/2022	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para demandas de Direito Empresarial da Justiça de Primeiro e Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - CEJUSC Empresarial.	<a href="#">Port. Conj. 1.427</a> (Site do TJMG)
PORTARIA COJUNTA Nº 1.428	DJE; 16/12/2022	Institui a Comissão de Conflitos Fundiários no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. Conj. 1.428</a> (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.016	DJE; 14/12/2022	Altera a Resolução do Órgão Especial nº 957, de 10 de março de 2021, que "constitui Comissão de Concurso incumbida das providências necessárias à organização e realização do concurso público para provimento do cargo de juiz de direito substituto da carreira da magistratura do Estado de Minas Gerais."	<a href="#">Res 1.016</a> (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.017	DJE; 19/12/2022	Altera as Resoluções da Corte Superior nº 522, de 8 de janeiro de 2007, que "Revoga as Resoluções nº 424/2003 e nº 425/2003 e dispõe sobre a Superintendência Administrativa", e nº 533, de 16 de março de 2007, que "dispõe sobre a lotação dos cargos de provimento em comissão da Secretaria do Tribunal de Justiça"; e as Resoluções do Órgão Especial nº 915, de 20 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre a Superintendência Judiciária", e nº 969, de 12 de julho de 2021, que "Dispõe sobre os Comitês de Assessoramento à Presidência, estabelece a estrutura e o funcionamento das unidades organizacionais da Secretaria do Tribunal de Justiça diretamente vinculadas ou subordinadas à Presidência e dá outras providências", e dá outras providências.	<a href="#">Res 1.017</a> (Site do TJMG)

### **ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 189	DJE; 15/12/2022	Avisa que a distribuição dos Termos Circunstanciados de Ocorrência – TCOs originários da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - PCMG se dará pela própria instituição em todas as comarcas do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Aviso 189</a> (Site do TJMG)
AVISO Nº 190	DJE; 15/12/2022	Avisa sobre a necessidade de citação eletrônica para todos os processos que tramitam no Sistema "Processo Judicial Eletrônico - PJe", inclusive no Sistema dos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, quando os destinatários forem as pessoas jurídicas mencionadas neste ato.	<a href="#">Aviso 190</a> (Site do TJMG)

<b>AVISO Nº 192</b>	DJE; 16/12/2022	Avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e de presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de dezembro de 2021 a novembro de 2022.	<a href="#">Aviso 192</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 7.454</b>	DJE; 12/12/2022	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 9ª Vara Criminal e 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Belo Horizonte, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	<a href="#">Port. 7.454</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 7.455</b>	DJE; 12/12/2022	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 9ª Vara Criminal e 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Belo Horizonte, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	<a href="#">Port. 7.455</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 7.456 (EXTRATO)</b>	DJE; 14/12/2022	Instaura Processo Administrativo Disciplinar.	<a href="#">Port. 7.456</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 7.457</b>	DJE; 16/12/2022	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Sete Lagoas.	<a href="#">Port. 7.457</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 7.458</b>	DJE; 16/12/2022	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Além Paraíba.	<a href="#">Port. 7.458</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 7.459</b>	DJE; 12/12/2022	Designa juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Ponte Nova.	<a href="#">Port. 7.459</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 7.460</b>	DJE; 14/12/2022	Atualiza, para o exercício de 2023, as tabelas que integram o Anexo da Lei estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que “dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências”.	<a href="#">Port. 7.460</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 7.461</b>	DJE; 16/12/2022	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Boa Esperança.	<a href="#">Port. 7.461</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 7.462</b>	DJE; 16/12/2022	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Vara Única da Comarca de Entre Rios de Minas, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	<a href="#">Port. 7.462</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 7.463</b>	DJE; 16/12/2022	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 1ª Vara Cível e na Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Barbacena, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	<a href="#">Port. 7.463</a> (Site do TJMG)
<b>PROVIMENTO Nº 406</b>	DJE; 15/12/2022	Altera o Anexo Único do Provimento nº 355, de 18 de abril de 2018, o qual “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”.	<a href="#">Prov. 406</a> (Site do TJMG)

<b>PROVIMENTO CONJUNTO Nº 114</b>	DJE; 15/12/2022	Altera dispositivo do Provimento Conjunto nº 93, de 22 de junho de 2020, que "institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais".	<a href="#">Prov. Conj. 114</a> (Site do TJMG)
---------------------------------------	--------------------	--	---

*Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca*

Sugestões ou críticas: E-mail: [cobib@tjmg.jus.br](mailto:cobib@tjmg.jus.br)

*Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br). O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.*